

ARTIGOS

Dulce Oliveira Amarante dos Santos¹

D. Duarte e a Medicina em tempos de peste

D. Duarte and Medicine in times of plague

RESUMO:


O texto apresenta uma análise da obra do rei *Eloquente* de Portugal D. Duarte (1433-1438) para destacar seu interesse pela Medicina e sua preocupação com a saúde do reino em tempos de peste. As fontes impressas principais são o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Cartuxa*, duas versões de apontamentos e ensaios variados entre os quais destaca-se o conhecimento dos saberes da Medicina do século XV. Além de textos médicos, como o *Regimento do Estômago*, a descrição dos bubões da peste, a fuga dos locais empesteados, enveredou pela *practica* médica. Assim, coletou diversas receitas de mezinhas compostas contra a peste, das mais simples as mais complexas. Além disso, reuniu outras mezinhas contra outros males que afetavam homens e mulheres. Os conceitos de saúde e enfermidade seguiam a teoria humoral hipocrática-galênica.

Palavras-chave: *Practica* médica; Mezinhas; Peste; D. Duarte

ABSTRACT:

In 15th century Portugal royalty showed an increasing interest in medical questions concerning disease prevention and the maintenance of the health of the kingdom's subjects. In Portugal, ever since the Black Death in 1348, there had been outbreaks of epidemics from time to time in various cities and villages. The article seeks to analyze the writings of D. Duarte, king of Portugal, known as The Eloquent (1433-1438) for evidences of his personal interest about Medicine and his concern on Realm's health in times of plague. There are two versions of the writings of D. Duarte, one was *Loyal Counselor* and the other is *Book of Cartuxa*. In it there are various texts addressing the duo sickness and health based in humoral theory from Hippocrates and Galen. In addition to making an inventory of the homemade remedies for certain men and women's ailments also registered the more everyday homemade medicines against plague.

Keywords: *Practica medica*; Remedies; Plague; D. Duarte

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. doas52@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0003-4885-7890>

INTRODUÇÃO

No século XV, em Portugal houve, por parte da realeza, o aumento do interesse em questões médicas relativas à prevenção e manutenção da saúde dos súditos do reino em tempos de pestes. Essa inquietação passou paulatinamente a compor os deveres do ofício régio, sobretudo a partir da peste negra (1348) e seus surtos recorrentes ao longo dos séculos XIV e XV. No início tratava-se de intervenções régias mais pontuais em ações conjuntas preventivas e terapêuticas com a administração dos municípios para debelar a epidemia da peste bubônica e outras. Nem sempre se constituíam no sentido atual de políticas de saúde pública, mas foram os primeiros ensaios de formulação de ações concretas. Estas iniciativas foram adotadas por reis e rainhas além daquelas tradicionais voltadas para a assistência aos pobres e doentes, que eram geralmente administradas por abades, priores de mosteiros e bispos. Várias circunstâncias colaboraram na ocorrência de tais ações. Assim, há os registros de presença constante de físicos, cirurgiões, boticários e barbeiros judeus e outros estrangeiros qualificados nas cortes régias da dinastia de Avis, nos senhores e autoridades eclesiásticas. Por outro lado, os reis concediam cartas de privilégios variadas aos seus físicos e cirurgiões de sua corte bem como aos outros profissionais de saúde. Essas cartas incluíam isen-

ção de taxas régias e dos concelhos, tais como, portagem ou alimentos além da dispensa da aposentadoria do rei e de sua família em suas casas, autorização para andar em besta muar. No entanto, entre suas obrigações estava o acompanhamento do rei em campanhas militares. Além disso, havia a circulação de cópias de manuscritos de textos médicos em latim e em linguagem (vernacular). Meu argumento é que o acesso ao conhecimento médico dos procedimentos para prevenir doenças, para a manutenção da saúde e a terapêutica em tempos de pestes, no reino de Portugal, iniciou sua inserção como parte da educação do rei, da rainha e filhos. Assim, a medicina estava entre seus interesses especialmente no período em exame. A personagem mais emblemática foi D. Duarte (1391-1438) da Dinastia de Avis, conhecido como o *Rei Eloquentes*, que governou primeiro com seu pai, D. João I, desde os 22 anos quando lhe foi designado a governança do Conselho, Justiça e Fazenda. Isso ocorreu pelo fato de que seu pai estava a preparar a expedição para a conquista de Ceuta de 1415. Depois continuou apoiando D. João I até ser coroado rei, por cinco anos, entre 1433 e 1438. O foco será sua preocupação com a saúde de sua família e do reino.

A corte só existia no espaço do rei e suas respectivas funções e ações, na governança, no despacho, na concessão de mercês, ouvindo queixas, nas folganças e nas orações. Assim a corte edu-

ardina envolvendo cerca de três mil pessoas entre familiares e servidores era o lugar de convívio onde se tramavam as lealdades, os apoios, onde se arquitetava o poder régio. Lá havia a presença, entre os servidores, dos agentes de saúde, físicos, cirurgiões, boticário e barbeiro. Daí a itinerância da corte nunca ser problema, pois os filhos nasceram em diversas cidades do reino¹. Portanto, no pensamento eduardino, o rei molda o reino a partir da sua corte (DUARTE, 2005; VENTURA, 2013).

DESENVOLVIMENTO

Qual a relação entre o rei D. Duarte com a medicina, na parte da *practica medica*, ou seja, os conhecimentos sobre as práticas preventivas para a manutenção da saúde e as terapêuticas, no caso os remédios ou mezinhas compostas para a cura dos males?

Uma das evidências de sua preocupação com a saúde encontra-se em alguns títulos científicos entre os 65 livros de sua livraria pessoal, que se encontra no capítulo 54 na segunda versão de sua obra de apontamentos. Por exemplo, em latim, *Livros de Avicena*, filósofo e físico muçulmano, o *Viático* de Al Jazaar, traduzido no século XI por Constantino, o Africano em Salerno, um guia de saúde e terapêutica para os viajantes; e em vernáculo (*lingoagem*), *Livro da Lepra*, encadernado em pergaminho, 2 *Livros de Astrologia*, um en-

cadernado e coberto em couro branco e outro exemplar em couro preto (NASCIMENTO, 1993)

Outra evidencia consiste em o livro de apontamentos, ou melhor, de 107 ensaios e cartas enviadas e recebidas, com suas reflexões pessoais e transcrições de outros autores, que ele mesmo apelidou, no prólogo, de *Leal Conselheiro*², escrito a pedido da rainha D. Leonor de Aragão. Encontram-se escritos variados sobre o binômio saúde e enfermidade. Esse interesse por assuntos médicos decorreu de suas experiencias pessoais e familiares e igualmente dos surtos de pestes recorrentes em Portugal desde a Peste negra de 1348.

Ao comparar dois manuscritos dessa obra, o de Paris e o *Livro da Cartuxa de Évora*, com 6 copias de manuscritos, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca de Santarém. Na versão encontrada na Biblioteca Nacional da França (BnF), sítio Richelieu, os apontamentos, em sua maioria, têm caráter mais reflexivo predominantemente sobre questões morais e religiosas, tais como as virtudes, em especial a prudência, os pecados capitais e outros mais, em seguida as relações entre homens e mulheres e as benquerenças e assim por diante. Os textos relacionados à enfermidade e sua cura e à prevenção e manutenção da saúde são os seguintes: Das razões por que me parece bem fugir a *pestelença* (LC, Cap. LIII) e Do regimento do estômago (LC, Cap. C).

Por outro lado, no *Livro da Cartuxa*, assim chamado por causa do mosteiro da ordem contemplativa *Santa Maria de Scala Coeli*, onde foi encontrado o manuscrito, apresenta outras características. Assim, a par das questões político-militares, tais como a administração central do reino e dos senhorios e a organização militar; econômicas, como as moedas etc., destacam-se muitos títulos referentes às medidas preventivas para a manutenção da saúde.

No capítulo 81. *Hum regimento pera tenermos boa compleição*³, transcreve um regimento de saúde que lhe foi oferecido pelo físico judeu Mossalem João Marsala (LCx, p. 268-269), com prescrições para uma alimentação saudável quotidiana, almoço e jantar: Aconselha beber pela manhã, em jejum, uma onça⁴ de açúcar rosado dissolvida em água fria; no almoço coma sempre carne assada de carneiro ou de aves e pouca sopa de legumes, procure não comer pão e beba pouca água a não ser a matutina se houver necessidade. Ao jantar, os alimentos básicos recomendados são os mesmos de Hipócrates, *De regimen*, pão, carnes variadas, aves, ovos e laticínios, sem referências aos pescados, presentes na alimentação ibérica. Neste regimento, as prescrições da alimentação diária incluem além da água com açúcar rosado, de alimentos às bebidas, o vinho (fatia de pão molhada no vinho branco), açúcar ou mel, ovos, ervas (açafraão) e por vezes, metais, no caso o ouro

em pó.

O texto continua prescrevendo o procedimento para vomitar a noite em intervalos regulares para purgar o excesso de humores no estômago. Trata-se de bebida, a cocção feita de água morna com meia onça de açafraão (*curcuma longa*) com adição de um pouco de mel ou azeite de oliva. Nesse dia deve-se acrescentar ouro em pó em uma fatia de pão torrado molhado em vinho branco e espalhe por cima uma quantia razoável da mezinha feita em casa conhecida como *pós do duque*. O mesmo procedimento deve ser repetido por 2 ou 3 dias.

Nesse sentido, os *pós do duque* foi uma das mezinhas oferecidas por Marsala, acima citado, que por sua vez, recebera de um senescal da França, coletadas pelo rei, muito antes do estabelecimento dos portugueses em algumas cidades da Índia (Goa, Damão e Diu) e do acesso direto às especiarias. Eram compostos por especiarias asiáticas (Índia, Tailândia, Molucas) variadas: gengibre branco, canela; dois tipos de pimenta, a malagueta ou grão do paraíso originária da costa ocidental africana e a pimenta longa com a mesma origem, ambas comercializadas pelos portugueses; noz moscada e macis, semente e membrana respectivamente e açúcar.

Mezinha pós do duque

Tome de gengibre branco (*alpinia officinale*) três oitavas

canela (*cinnamomum cassia*) duas oitavas de onça

Galingal (gengibre tailandês) uma oitava de onça

Zeduária (*cúrcuma zeduaría*) uma oitava de onça

Grão do paraíso ou pimenta da costa (*capsicum frutescens*) meia oitava

Pimenta longa meia oitava de onça⁵

Noz moscada (*myristica fragans*) meia oitava

Macis (óleo extraído da membrana da noz moscada) meia oitava de onça.

Modo de Fazer

Seja tudo bem moído e seja passado por peneira e que sejam entranhados tanto de açúcar (*sacarose*) como o dos pós acima citados. O resultado seria uma pasta, que poderia ser passada no pão.

Assim antes de expansão portuguesa, desde o século XIII havia o comércio de luxo das especiarias e drogas por mercadores, em sua maioria judeus, que as iam buscar em Bizâncio, para onde os árabes confluíam as especiarias do Oriente. As rotas terrestres mais utilizadas para chegar os produtos para a Península Ibérica eram Iraque-Síria-Palestina ou Núbia-Alto Egito-Delta do Nilo, seguidas do transporte marítimo. Em virtude dos custos e percalços das travessias dos mares e a raridade das mercadorias, os preços de venda

eram altos nas feiras, na corte régia e em tendas para o consumo culinário, tinturaria e o fabrico das mezinhas nas boticas das grandes cidades peninsulares.

Os especieiros eram esses comerciantes, que podiam ser ambulantes ou detentores de uma tenda urbana. Em Lisboa, havia três tendas de especiarias perto da alfandega na região da Ribeira com foro dado por D. João I em 20/03/1434, (CHJO, liv. 2, fl. 115v), uma delas aforada para Joana, judia *especieira*, outra de João, judeu, perto da Alfândega; em Santarém, na rua da Ramada havia uma tenda de especiarias aforada e pertencente ao mosteiro de Alcobaça, ms 44, no. 1126, fato raro entre os bens monacais (1435). No tempo do governo de D. Duarte havia o especieiro Salomão, judeu de Elvas e os especieiros da família judaica dos Carmonis, que abasteciam a corte régia desde D. João I (CHJO, liv. 4, fl.36). Havia mais um comerciante de um remédio muito conhecido chamado *teriaga* ou *triacá*, ou seja, o *teriagueiro*. Consistia em uma mezinha composta por cerca de 90 elementos dos três reinos da natureza, portanto, uma panacéia para todos os males.

Na chancelaria de D. Duarte encontra-se a prestação de contas e quitação das compras feitas e recebidas por João Gonçalves, seu tesoureiro-mor, no período em que o rei em análise esteve associado ao governo de seu pai, o rei D. João I, entre 1424 e 1430 (CHD, liv. 1, fl.16 e 17). Dentre

os diversos itens elencados na lista, a saber, panos, to ao cozinheiro do paço. Esse documento constitui-se em testemunho da compra de produtos necessários à Corte Régia⁶, conforme Quadro 1.

vinhos, ouro, prata, peles, tintas, frutas secas, encontram-se as especiarias que serviriam tanto ao boticário do rei, na época, Afonso Gonçalves quan-

Quadro 1 - As especiarias compradas para a Corte Régia

Especiarias do ano de 1426				
Nome		Quantidades		
Nome	Nome científico	Arrátel ⁷	Arroba	Quilograma
Açúcar branco	<i>Sacarose</i>	42,5	-	19,50
Pimenta	<i>Capsicum frutescens</i>	16	-	3,67
Cravo	<i>Syzygium aromaticus</i>	8	-	3,67
Gengibre	<i>Alpinia officinale</i>	16	-	7,34
Canela e Cinamomo	<i>Cinnamomum cassia</i>	20	-	9,18
Especiarias entre os anos 1427-1430				
Nome		Quantidades		
Nome	Nome científico	Arrátel	Arroba	Quilograma
Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	-	42	29,03
Açúcar de panela	<i>Sacarose</i>	-	4	58,8
Pimenta	<i>Capsicum frutescens</i>	-	1	14,7
Gengibre	<i>Alpinia officinale</i>	-	0,5	7,5
Gengibre confito (balas)	-----	-	5 açucareiros	
Canela e Cinamomo	<i>Cinnamomum cassia</i>	-	1	14,7

Fonte: Autora (2024)

Ao examinar o quadro acima percebe-se que em 1426, a medida de peso usada era o arrátel. A partir de 1427 a 1430, a medida adotada foi a arroba. Os produtos em maior quantidade são açúcar branco 50kg e açúcar de panela, 58,8 kg, em seguida vem o açafrão 29,03 kg usado na culinária, tinturaria e farmacopeia e a canela e o cinamomo com duas cargas, a primeira com 9,18kg e a segunda com 14,7 kg, a seguir a pimenta com 14,7 kg. No meio aparecem os confeitos, as balas de gengibre. Esse documento de prestação de contas possibilitou uma amostragem das compras de especiarias da corte real. Em suma, para seu consumo foram compradas altas quantidades de especiarias.

A ENFERMIDADE DO REI

Do capítulo XIX ao XXIII do *Leal Conselheiro* os textos são um dos poucos testemunhos de enfermos com o autodiagnóstico da enfermidade, *humor menencórico*, o sofrimento advindo dela e os procedimentos da cura (*curamento*). O domínio da escrita pelo rei permitiu registrar suas anotações sobre essa doença, caracterizada pelo estado melancólico ou tristeza intensa: “*é ua door e continuado gastamento com apertamento de coração*”. (LC, p. 97), ou seja, medo da morte e da peste. O uso da expressão humor menencórico evidencia sua familiaridade com a terminologia da teoria médica hipocrático-galênica, dos humores que explica as enfermidades como consequência do desequilíbrio dos humores ou líquidos corporais, a saber, o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e a bÍlis negra. Nessa linha de pensamento a causa interna da melancolia é o desequilíbrio dos humores corporais com o excesso da bÍlis negra. Quanto às causas externas da doença, além da tentação do inimigo, o Diabo, isto é, seus pecados, ele a atribuiu ao excesso de trabalho no governo do reino junto com seu pai D. João I, desde jovem no seu Conselho, Justiça e Fazenda com rotina cansativa de manhã a noite. Como ele relata, programava as reuniões do dia, seja com clérigos, duas vezes por semana, seja com os oficiais de câmara e amigos, como os físicos e cirurgiões. Além dis-

so despachava diariamente com os oficiais da relação, homens do Conselho, vedores da Fazenda além de audiências públicas a quem quisesse “dar informações e falar”. Na corte eduardina havia número grande de oficiais entre chanceleres, juÍzes, mordomo-mor, escrivão da puridade, desembargadores, etc. Em virtude dessa rotina exaustiva, não sobrava tempo para o lazer da caça e da montaria, ou seja, as folganças. Isso ocorreu quando dos preparativos para a conquista de Ceuta (1415).

Na introdução do *Leal Conselheiro*, o rei trata da questão do repartimento das idades do homem, que mudavam de sete em sete anos. Nessa linha ele estava passando da adolescência para a mancebia (vida adulta), mas achou que o encargo que lhe foi atribuído foi em excesso e comprometeu sua saúde (VENTURA, 2013)

Portanto trata-se de autorreflexão de sua experiencia com avisos e conselhos a outros que porventura passassem por sofrimentos semelhantes, para que não se matassem e sim, almejassem a cura. A dor da perda de sua mãe D. Felipa de Lencastre com o surto de peste bubônica, que assolou o reino em 1414 e 1415 (pouca estudada) acabou por auxiliar em sua cura e recuperação do “dicto sentido das folganças e prazer”. Dos físicos pouco aproveitou as indicações de mezinhas, encontro com mulheres etc.

Além disso atribuiu sua cura com o auxílio

de Nosso Senhor Jesus Cristo e Maria Nossa Senhora, pois era um homem de fé cristã, um homem religioso. Soube conciliar os princípios da religião cristã que professava com o conhecimento racional das teorias médicas de sua época. Buscava, assim, o meio termo entre fé e razão, ou seja, a virtude da temperança.

A historiografia portuguesa analisa geralmente essa obra na perspectiva da história político-religiosa e pouca produção na visão da história social da medicina. Sabe-se mais a respeito dos males nos múltiplos escritos médicos do que da visão dos enfermos acerca de suas aflições. Roy Porter (2006), historiador britânico da Medicina, foi o pioneiro em defender sua abordagem da história do paciente. Assim, o testemunho de D. Duarte é, conseqüentemente uma fonte preciosa para essa abordagem. (McCLEARY, 2009)

A SAÚDE DO REINO E OS FÍSICOS JUDEUS

O rei estava preocupado com a saúde do reino e por isso volta-se nessa obra para conselhos sobre a preservação da saúde, tanto no *Regimento do estômago*, que se assemelha a muitos regimentos de saúde produzidos por físicos do período em exame, quanto às orientações sobre a virtude da moderação na bebida e na alimentação. Segundo os físicos era melhor prevenir do que remediar já

que a cura era mais difícil. Para não ter problemas no estômago aconselhava comer bem mastigado; beber duas ou três vezes até saciar a vontade; o vinho deve ser aguado para não dar trabalho para a digestão do estômago e comer pouco ou nada de nata e viandas.

Maria José Pimenta Ferro (1984) realizou a cartografia completa dos judeus profissionais da saúde de todas as vilas e cidades do reino e de outras profissões tais como, ourives, tanoeiros espcieiros, etc. Assim, na corte eduardina, além dos físicos cristãos⁸ destacavam-se os judeus, Mestre Abrãao Guedelha, rabi mor da Judiaria de Lisboa, físico e astrólogo do rei, com quem muito dialogava, Mestre Isaque- cirurgião e físico (1435-1456) e o Mestre Nacim, mestre dos olhos.

Todos com carta de exame do físico mór e com privilégios concedidos de porte de armas, uso de besta muar, dispensa do sinal amarelo e da aposentadoria, ocupação de cargos na governança etc. Entretanto, para os cargos de físico-mór e de cirurgião mor deveriam ser designados físicos cristãos, pois assim ficava reforçada a ideia da não autoridade judaica sobre os cristãos.

Nessa linha, D. Duarte desagradava a vontade da clerezia do reino, pois a Igreja Católica proibia o convívio entre cristãos e judeus e o atendimento de cristãos por físicos judeus desde o IV Concílio de Latrão (1215) até o Concílio de Basiléia (1434). Reclamavam da presença de físicos

judéus na corte régia com licença para exercer a medicina dada pelo físico-mor. Mas os judeus estavam submetidos ao senhorio político dos reis cristãos, assim eram deixados viver em paz nas judiarias praticando sua religião, desde que não ofendessem a fé cristã. Quando havia conflitos entre cristãos e judeus, os reis intervinham para proteger os judeus contra ataques às judiarias,

Como queria manter em sua corte os físicos e cirurgiões judeus, o rei enviou duas súplicas ao papa Eugénio IV, uma despachada em Roma a 1.º de abril de 1434 e a segunda despachada em Florença, em 4 de outubro do mesmo ano. Na primeira solicitou a permissão de tê-los na corte para o cuidado com a família régia e servidores. A segunda epístola pedia para poder utilizar os físicos judeus em todo o reino. A principal justificativa consistia no número pequeno de físicos cristãos em Portugal. Os privilégios foram concedidos visto que havia a presença de físicos judeus na própria cúria pontifícia (VENTURA, 1992; GONÇALVES, 1988).

CONTRA A PESTE

No período medieval, a designação *pestenença* ou *pestelença* em português arcaico, *plague* em inglês, *peste* em francês, *loimos* em grego e assim por diante era um termo genérico que se referia a qualquer doença que resultasse de

forma rápida em grande mortalidade, ou seja, uma epidemia. No caso em exame, o próprio rei nos informa sobre a peste bubônica no reino: “onde tal pestellença era que poucos dias passavam que me nom fallassem em pessoas conhecidas que de *tramas*⁹ (2) adoeciam e morriam”

Na *Crônica* de Ruy de Pina, escrita mais de meio século após os fatos narrados, na corte do rei D. Manuel, aparece a referência às pestenenças em vários povoados, sem, entretanto, descrever os pormenores das enfermidades nem as medidas adotadas pelas municipalidades contra a peste bubônica. Esses surtos iniciavam-se geralmente nas cidades mais populosas do reino, Lisboa e Porto. Durante o século XV ocorreram surtos epidêmicos nos seguintes anos, 1415, 1423, 1435, 1458, 1469, 1480 e 1495 (LEMOS, 1918).

As Câmaras de vereadores eram responsáveis pelas medidas preventivas adotadas nas cidades em tempos de peste. Essas instruções, por exemplo, encontram-se no *Livro de Posturas Antigas* da cidade de Lisboa: limpeza das ruas das cidades, enterro dos empesteados, e se forem judeus sejam logo sepultados mesmo que seja sábado, pagamento de duzentos reais para quem vier doente de peste de outra cidade ou multa para quem receber o enfermo de quinhentos reais.

Como medida preventiva contra a peste, D. Duarte arrola no Cap. LIII do *Leal Conselheiro*, *Das razões por que parece bem fugir aa pestenença*,

todos os argumentos em defesa desse postulado. Com uma dialética notável apresenta de forma ordenada os argumentos eclesiásticos contrários, ou seja, que não se pode esconder de Nosso Senhor, que não se pode fugir de algo que não se vê, que se todos fugissem as cidades se despovoariam, que eram necessárias obras de misericórdia para com os enfermos. A seguir, refuta um a um dos argumentos acima, defendendo a quarentena às avessas, ou seja, a fuga dos lugares empesteados, que Boccaccio eternizou na obra, *Decameron*, reafirmando essa tradição antiga¹⁰: “As quaes eu respondo, segundo melhor me parece, porque som, per requerimento da vontade e per razom, muito inclinado a seguir os conselhos dos físicos, e lhe fogir cedo e tornar tarde (LC, p.219).”

Assim, a itinerância régia e de sua corte, além de prática política para a afirmação de seu poder com sua presença junto aos súditos e para detectar desvios administrativos ou de fidelidade, tornou-se também um recurso para a manutenção da saúde do rei e de sua família. Ao defendê-la o monarca afirma que não foge do poder de Cristo, conciliando sua fé com o saber médico: “[...] dando-lhe graças por me fazer homem razoado, conhecedor das cousas contrárias e proveitosas além do que fazem as brutas animálias”. (LC, cap. LIV, p.271). Argumenta que é homem de bom entendimento e que deve seguir aquilo que lhe parece melhor para a conservação de sua vida e da

saúde corporal. A seguir, descreve algumas medidas sanitárias, tais como, enterrar os mortos e fechar as casas por 15 ou 20 dias e assim por diante.

Lança mão de referências bíblicas para continuar defendendo o deslocamento para fora dos locais infectados ou problemáticos, como por exemplo, a fuga de José e Maria para o Egito quando da matança dos inocentes pelo rei Herodes da Judéia ou a saída de Lot das cidades de Sodoma e Gomorra em chamas. Mais adiante demonstra conhecimento dos saberes médicos-astrológicos correntes ao argumentar que a associação entre castigo divino e doença (pecado) nem sempre pode ser a única explicação da causa da peste. Mas podem ocorrer outras. A segunda causa arrolada relaciona-se com a influência da constelação dos astros prognosticada pelos astrólogos, especializados no estudo do movimento dos astros e planetas nos céus e suas influências na Terra. A Astrologia junto com a Medicina e a magia compunham o quadro dos saberes científicos interconectados da época. A terceira causa atribui à corrupção das águas no verão, seguindo a teoria de Ibn Zuhr ou Avenzoar (1094-1162), físico, cirurgião e poeta árabe do Al Andalus, a qual resulta em febres, citando o exemplo das cidades de Veneza e Roma. E a última causa era o contágio pelo contato humano (“per participação se apega”) (LC, p. 220) conhecido há muito tempo.

TERAPÊUTICA

No *Livro da Cartuxa*, o rei sempre preocupado com a saúde do reino além das mezinhas para algumas doenças masculinas e femininas, inventariou algumas receitas de mezinhas corriqueiras, tais como as pílulas comuns e os pós do duque já referido e outras contra surtos epidêmicos. Essas foram tentativas em face dos conhecimentos e recursos disponíveis nos saberes científicos da época para combater a pestelência que assolava o reino. Não há a ocorrência de práticas mágicas associadas às mezinhas abaixo, mas, por outro lado, há exemplos de pensamento analógico medieval, que estabelece conexões entre as partes, animais, plantas, pedras, homens e o todo, o Cosmos ou Universo. Procura a similitude entre seres, coisas e fenômenos, todos articulados, não o idêntico, pois reconhece as diferenças na comparação entre eles. A existência desse tipo de pensamento não excluiu o pensamento lógico, linear com encadeamentos diacrônicos de diferentes elementos, que levam da causa ou efeito ou vice-versa. Ambos são complementares não excludentes. Na composição das receitas o princípio da similitude era observado na escolha das plantas, dos animais e dos minerais. Apenas a primeira mezinha demonstra crença religiosa quando solicita a graça de Deus para reforçar o efeito do remédio (FRANCO JR, 2010).

As pílulas comuns são mezinha laxante para purgar, limpar o organismo com ervas e suco de várias composições, além da prata diluída. É o composto de açafão (propriedades anti-inflamatórias), mirra e açefar feito pó peneirado e depois misturado com sumo de funcho ou água de cidreira ou de língua de vaca ou água rosada ou vinho branco. Depois adiciona a erva eufórbio peneirada e na hora administra meia colher de prata diluída em água fria, vinho ou mel conforme a compleição.

Contra a peste o rei elenca três mezinhas, das mais simples às mais complexas, todas confeccionadas em pós. A primeira receita contra peste é mais simples, mas inclui elementos do mundo vegetal e animal. Ela é composta por raízes de ervas como tormentila, escrabiola, *morsus diaboli*, depois adiciona madeira de sândalo e sangue de touro no mês de agosto para confeccionar uma mezinha em pó, para tomar uma oitava e fazer suadouro para a cura da peste:

Tomem raízes da tormentila que é a solda vermelha e doutra erva que chamam *morsus diaboli* ou primaveras (ou solda menor), e pau de lenholoe e sândalos vermelhos tanto de um quanto de outro e a raíz de escrabiola tanto dela como das outras todas e sejam bem esmagadas (ou pesadas) e feito por bem peneiradas bem fino/ e depois destilem o sangue do touro no mês de agosto e do que dele destilar embebam o pó e deste deem a quem for doente de pestenença uma oitava diluída em água rosada ou água da Índia antes de doze horas depois que lhe der a dita dor e depois cubram e suará e com a graça de

Deus será são e no dito suor o tenham que se não o descubra//. (LCX, 89, p. 278)

A feitura da segunda mezinha contra a peste é igualmente mais simples, já que seleciona elementos apenas do mundo vegetal. Trata-se de uma beberagem feita com pó de caroço e casca de loureiro, vinagre e pau de figueira. As medidas usadas são uma mão cheia de pó de loureiro e depois adicionar numa escudela com vinagre dois punhados do referido pó e misturar bem com o pau de figueira para que este aumente a substância da bebida. Deve-se dar ao doente até 7 horas depois do início da dor e ele não pode se alimentar, nem dormir, nem beber até o período de duas horas, pois esse é o tempo para o remédio fazer efeito. Em seguida deve manter um regimento de saúde com uma dieta própria enquanto a dor durar (LCX, p. 274).

A terceira receita mais complexa que a anterior é a dos pós do texugo em duas versões bem semelhantes. O texugo é um mamífero de médio porte presente até hoje na fauna portuguesa e em muitas outras regiões da Europa. Possui um antídoto natural contra abelhas e cobras, por isso sua utilização na receita segundo o já referido pensamento analógico medieval, que estabelece conexões entre seres pela similitude. Esse medicamento aparece em uma das cartas (LCX, p. 96-96) enviada ao monarca por Diogo Afonso de Manganha, formado em Leis, provavelmente integrante

do seu Conselho do Rei e do Desembargo do Paço ou Casa da Justiça, portanto seu homem de confiança. Nessa epístola, discorre sobre a morte de sua mulher Branca Anes em decorrência da peste, e a partir desse fato interessou-se por saber mais sobre a epidemia e procurou ler livros de Física (Medicina) e Filosofia, conferiu e debateu com alguns físicos entendidos sobre os remédios naturais (“com os quais concordão os físicos, e já com eles guareceram dois” (LCX, p. 94). Conclui que foram os pós de texugo velhos (+ de 6 anos e muito secos) que ele lhe administrou (mesmo não sendo físico), que não surtiram o efeito desejado. Recomenda que os pós contra a epidemia sejam de validade no máximo de um ano para resultarem na cura. A seguir transcreve a respectiva receita de pós de texugo contra a peste, explicando o preparo difícil dos pós. Inclusive Manganha compôs até uma trova sobre a mezinha de confecção de pós de extrema complexidade (LCX, p. 279-280)

Os ingredientes usados eram plantas (especiarias), minerais e animais, nessa ordem de quantidade:

1ª. Parte

Beberagem para o texugo

½ meia onça de ouro em pó,

½ meia onça de aljófar (pérola pequena),
meia onça de coral,

Tudo diluído um oitavo de quartilho (1,89 litro) de vinho temperado com (1/2) meia onça de cânfora (substância branca extraída da madeira da árvore de canfoneira). Dar para o texugo beber. Depois

degolá-lo e extrair fios do sangue do animal e misturar com a pitada de três dedos de sal e separar.

2ª. Parte

Pós

2 onças de canela fina,
1 onça de genciana¹¹, (planta com propriedade de antídoto contraveneno de cobra)

½ meia onça de verbena,

¼ de gengibre,

1/8 de cravos finos

Meia oitava de mirra,

¼ de gengibre,

1/8 de aloés,

1/8 de fino de licorne (unicórnio)

Tudo muito moído e depois de seco passar na peneira de pano. Lançar os pós no sangue do texugo, a massa mole deve deixar secar ao sol fraco ou perto de uma chama.

3ª. Parte

Pós

2 onças de coração de texugo, mais fígado, dente e pele e misturar com o pó da segunda parte, incorporando tudo em uma massa e então secá-la depois moe-la em pó finíssimo passando por uma peneira de sirgo e assim acaba a mezinha.

Remédio para 30 homens; Dose: 1/8 e um quarto para cada um.

Quando der bubões dar ao paciente antes que passem 20 horas, se ele vomitar, dê para beber outro tanto até que ele o retenha. Cubra-o bem e não o deixe dormir até que acabe de suar e acabado o suor dali a pouco acabado o suor, com a graça de Deus será são (LCX, p. 95-96).

Manganha ainda alerta o rei, segundo seu aprendizado nos livros, que era melhor substituir o gengibre pelo açafraão (com propriedades anti-inflamatórias) e matar a sede do doente não com vinho, mas com duas partes de água misturada

com uma parte do vinagre.

Essa receita envolve três partes de preparos para a confecção dos pós, a primeira é uma bebida para o texugo composta principalmente por minerais, ouro em pó, coral e pérola pequena depois diluídos em vinho temperado com cânfora. Toma essa bebida antes do momento da degola e da obtenção do seu sangue. A segunda parte é a preparação de um pó composto por especiarias caras, tais como canela, gengibre, verbena, mirra, genciana e outras plantas e chifre de unicórnio. Tudo deve ser moído e seco antes de passá-lo pela peneira de pano e então misturar o pó com o sangue de texugo e deixar secá-lo ao sol ou perto de uma chama de fogo. A terceira e última parte consiste no preparo de uma massa de partes do corpo do texugo, coração, fígado, dentes e pele bem moídas, passado tudo na peneira e secando. Depois misturar com os pós da segunda parte. Em seguida, vem o modo de aplicação, com a dosagem para 30 homens.

CONCLUSÃO

Em suma, revisitar a obra eduardina em duas versões constituiu-se em exercício profícuo na investigação de seu interesse pela saúde dos súditos e pela *practica* médica em tempos de pestes do reino. Os sinais estavam ao longo de suas obras, como os livros de medicina em sua livraria

peçoal, a escrita do regimento do estômago e a reprodução do regime para ter boa compleição de Mossem João Marsala, o debate com seus físicos e astrólogos, como o Mestre Guedelha sobre problemas que enfrentava. Além disso foi testemunha de sua doença melancolia (humor *menencórico*) advinda de seus pecados e do excesso de trabalho na governança junto ao pai d. João I, que após três anos curou-se graças à morte da mãe, a rainha D. Filipa de Lencastre e a ajuda divina de Jesus Cristo e sua Mãe a Santa Maria. Preocupou-se com os surtos de pestes e como medida preventiva aconselhou a fuga dos lugares empesteados a conselho dos físicos e incentivou medidas sanitárias urbanas tais como o enterro dos mortos, a limpeza das ruas, a queima de roupas etc. Obteve a resposta positiva às súplicas dirigidas ao papa Eugenio IV solicitando a presença de físicos e cirurgiões judeus na corte e no reino. Merece destaque seu interesse em compilar diversas mezinhas simples e complexas contra a peste e outros males que afetavam homens e mulheres, nas quais as especiarias eram muito usadas mais minerais e partes de animais.

Assim, seus apontamentos no *Leal Conselheiro* revelam seu interesse pelas questões médicas corpóreas junto com aquelas religiosas vinculadas ao aperfeiçoamento das virtudes da alma. No Livro da Cartuxa, predominam entre questões políticas, a preocupação de inventariar as mezinhas da

practica médica para os males humanos e sobretudo contra as pestes do reino.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão do governo brasileiro.

REFERÊNCIAS

Chancelarias Portuguesas. D. Duarte, vol. 1 e tomo 1. Org. de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

Chancelarias Portuguesas. D. João I. vol. 4, tomo X. Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática. Transcrição de João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

Leal Conselheiro de D. Duarte. Actualização ortográfica, introdução e notas de João Moraes Barbosa. Vila da Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

Livro das Posturas Antigas de Lisboa. Ed. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa, 1974.

BEIRANTE, Maria Ângela. **Santarém quinhentista.** Lisboa: 1981

DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

FRANCO JR., Hilário. **Os três dedos de Adão**. Ensaios de mitologia medieval. São Paulo: EDUSP, 2010.

FERRO, Maria José P. **Os judeus em Portugal no século XV**. Lisboa: INIC, 1984. 2v.

LEMOS, Maximiano. **História da medicina em Portugal**. Doutrinas e Instituições. Lisboa: Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991. 2vs.

MCCLEARY, Iona. Both "illness and temptation of the enemy": melancholy, the medieval patient and the writings of King Duarte of Portugal. **Journal of Medieval Iberian Studies**, 1(2),163-178.

GONÇALVES, Iria. Físicos e cirurgiões quatrocentistas- as cartas de exame. In: **Imagens do mundo medieval**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p.9-34.

NASCIMENTO, Aires A. As livrarias dos Príncipes de Avis. Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro. **Biblos**, LXIX, 1993, pp. 265-287.

PORTER, Roy. (Ed.) **The Cambridge History of Medicine**. Cambridge University Press, 2006.

RUI DE PINA. **Cronica do Rei D. Duarte**. Ed. de Antonio Borges Coelho. Lisboa: Presença, 1966.

VENTURA, Margarida G. Médicos judeus na corte e no reino: A excepção consentida pelo papa Eugénio IV. **Atas do Simpósio Internacional Os Judeus e os Descobrimentos**. Tomar, 1992. pp. 59-64.

VENTURA, Margarida G. **A corte de D. Duarte**. Política, Cultura e Afectos. Vila do Conde: Verso da História, 2013.

NOTAS

¹Um dos indícios dessa itinerância régia encontra-se no cap. 27, *Nascença dos filhos del-rei D Duarte*, em que lista o nascimento de todos os sete filhos em cidades diferentes do reino, na seguinte ordem: Lisboa, Santarém, Sintra, Sardoal, Almeirim, Alenquer e Torres Vedras.

²Adotamos as seguintes siglas para as fontes: - LC= Leal Conselheiro e LCX = Livro da Cartuxa; CHJO= Chancelaria de D. João I e CHDU= Chancelaria de D. Duarte.

³Compleição é um conceito galênico que compreendia, os temperamentos, sanguíneo (predomínio do humor), fleugmático, melancólico e colérico.

⁴Onça é medida de peso que equivale a 28,35 gr.

⁵Desde 1415, o comércio com a África trazia para o porto de Lisboa grandes quantidades de pimentas.

⁶1426[...]Item de açúcar branco, quarenta e dois e meio arráteis; Item de *pimenta* dezesseis arráteis; Item de cravos girofles oito arráteis; Item de gengibre branco dezesseis arráteis; Item de canela e cinamomo vinte arráteis; (fl 16v, p. 64); 1427-30- [...] Item de açafraão quarenta e duas arrobas. Oito livras; Item de gengibre confito(em conserva) cinco, /açucareiros [...] Item de canela cinamomo uma arroba; Item de pimenta uma arroba; Item de gengibre meia arroba; Item de açúcar de panela quatro arrobas; (fl.17, p.67 e 71)

⁷As medidas de peso arrátel e arroba equivalem respectivamente a 459 grs ou 16 onças e 32 arráteis ou 14,7 kg.

⁸Mestre João Vicente, bispo de Lamego e depois de Viseu e chegou a ser físico-mor; Mestre An-

rique, Mestre Rodrigo, Mestre Lourenço Mestre Aires, Mestre Martinho.

⁹Inchaço, tumor, de *struma* lat., ou bubão como hoje dizemos

¹⁰“Outro ensinamento, coisa perigosa é escolher estar em lugar onde morrem de pestenença é coisa mais segura partir se que mais morrem dos que ficam e poucos do que se partem” (LC, p. 219).

¹¹A planta genciana tem propriedade de antídoto contravenenos, como a de cobra e também tem virtude abortiva do feto.